José Manuel Sobral, **Trajectos: O Presente e o Passado na Vida de Uma Freguesia da Beira,** Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, 431 páginas.

Não é apenas um prazer, mas também uma honra, ter aceite o convite da *Análise Social* para comentar o livro de José Manuel Sobral, fruto ligeiramente modificado da sua tese de doutoramento em Antropologia Social defendida em 1993 no ISCTE, sob o título *Trajectos: Produção e Reprodução da Sociedade — Família, Propriedade, Estrutura Social Numa Freguesia Rural Beirã*. Conhecemo-nos em 1976, tal como ele refere na abertura do volume (p. 14), na aldeia de Rio de Onor, onde eu próprio estava de visita ao antropólogo Joaquim Pais de Brito, ambos em plenos trabalhos de campo etnográficos no alto Trás-os-Montes, e José Sobral — se a memória não me trai! — também em recolha de terreno, com outros investigadores, de dados linguísticos e dialectais daquele canto aparentemente arcaizante do extremo nordeste do país. Desde essa altura temos mantido trocas transdisciplinares, que conduziram a esta breve oportunidade de debater matéria comum de pesquisa.

Nada do que iremos levantar suscita qualquer reserva de fundo em torno da sólida qualidade e quantidade dos dados apresentados, mas tão-só questões de reflexão conjunta em torno do método monográfico e de perspectivas *processuais* no estudo de famílias e grupos sociais do mundo rural. Temos, na antropologia, muito a aprender com este texto invulgar que, embora situado como contributo no interior desta disciplina, sai da pena de um autor formado em História. Esta dimensão biográfica parece-nos significativa, tendo repercussões nos diversos ângulos de visão aplicados ao longo do texto[1]. Esta

[1] Alguns outros textos do autor incluem: «Caciquismo e poder político: reflexões em Torno das eleições de 1901» (com Pedro Tavares de Almeida), in *Análise Social,* vol. XVIII, 1982, n.os 72-73-74, pp. 649-671; «Mentalidade, acção, racionalidade — uma leitura crítica da *História das Mentalidades*», in *Análise Social, vol.* XXIII, 1987, n.os 95, pp. 37-57; «Prefácio» a Padre Casimiro, *Apontamentos para a História da Revolução do Minho em 1846, ou da Maria da Fonte, Escriptos pelo Padre Casimiro finda a Guerra, em 1847* (1883), Lisboa, Rolim, 1986, 28 páginas, «Banditismo e política — João Brandão no seu contexto político e social», prefácio a João Brandão, *O Terror nas Beiras: Apontamentos da Vida de João Brandão, Por Ele Escritos nas Prisões do Limoeiro, em 1870, Envolvendo a História da Beira desde 1834,* Lisboa, Vega, 1990, I-XXIII, e «Da casa à nação: passado, memória, identidade», in *Etnográfica,* III, 1999, 1, pp. 71-86; «A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português», in *Análise Social,* vol. XXXVII, n.º 165, pp. 1093-1126.

observação não se limita à constatação simplista de que as monografias antropológicas beneficiam com dimensões históricas nelas incorporadas, mas antes que uma orientação histórica pode informar e insuflar uma monografia desde o seu início. Não é acidental que o capítulo I se intitula «A antropologia, a história e o estudo do processo de reprodução social». Como veremos adiante, tal orientação prefigura uma espécie de certidão de óbito ao conceito consagrado do *presente etnográfico:* esta última focagem costuma centrar-se exclusivamente no curto momento temporal circunscrito ao clássico ano e meio do trabalho de terreno. Uma das pistas mais férteis que José Sobral nos traz reside, precisamente, nesta alteração do estilo monográfico: sem subestimar o presente, retrata-o numa linha de continuidade com os passados recente e remoto.

Dito isto, então colocámo-nos — no bom sentido da antropologia pós-moderna — na posição mais estimulante de um mero leitor exigente, com olhos na beleza de um *texto* que irá ser lido por vários receptores. Repetimos — serão pontos a frisar para uma leitura alargada, aprofundada e reflexiva de um volume que pretende, e realmente pode, conseguir captar duas, se não três, audiências. Primeiro e segundo, directa a história social e a antropologia, e, terceiro, de um modo mais subtil mas não menos convincente, a sociologia e a «grande teoria social».

1. *Família*. Dividimos em quatro pontos as nossas observações. Um capítulo central (IV), «Família e parentesco», é dedicado a este tema. Efectivamente, a família constitui o primeiro de três grandes domínios tratados no livro, seguido pela religião (cap. V) e pelo poder político e pelas atitudes sociais (cap. VI). Após o capítulo I, já referido, noutro (II), «Comunidade e localidade como objectos de estudo», o autor aborda intrincadas questões teóricas e metodológicas e no capítulo III, «Um espaço rural», introduz-nos no universo de estudo. Note-se que, com respeito aos rótulos e palavras que estruturam a obra, os termos *produção* e *propriedade* no título da dissertação original deixaram de transitar para as principais denominações do título do livro e respectivas designações dos capítulos (tal não significando qualquer redução de destaque), ao passo que se manteve o termo-chave *reprodução social*. No referido capítulo IV, o autor consegue muito bem delinear a estrutura e o funcionamento conjuntural dos grupos domésticos locais em Aldeia e em Vila, pseudónimos para duas povoações localizadas numa região planáltica entre os vales dos rios Dão e Mondego. É quase uma vergonha: um historiador retrata não apenas tão bem, mas melhor do que um antropólogo de visão sincrónica[2], os pro-

[2] Teria sido despropositado para José Sobral incluir uma «introdução histórica» aos contornos estruturantes das localidades em estudo. Para um exemplo de afastamento profundo da monografia sincrónica, veja-se, em termos de comparação, o caso de uma obra inovadora de Richard Handler (*Nationalism*

cessos através dos quais as famílias de elite, as do nível médio e as dos microproprietários se reproduzem, se mantêm ou se extinguem através de meia dúzia de gerações. Escrita, como aliás o resto dos capítulos, num estilo atraente, mas exigente, para o leitor estrangeiro, esta secção contribui positivamente para o domínio partilhado entre os estudos etnográficos da família e perspectivas derivadas da história da família, da história social e até da demografia histórica.

Consistente com o argumento que constitui a espinha dorsal do livro, associa três palavras aos três grandes níveis sociais: *casa,* aos «camponeses» putativos da camada do meio; *habitação,* aos rendeiros, operários, etc.; *moradia,* à camada superior (poderíamos incluir aqui *solar* e ainda outras denominações). Estas distinções ajudam-nos aliviar obsessões com o conceito de casa, que, obviamente, varia nas diversas zonas do país; como é evidente neste exemplo, a casa não constitui qualquer nexo de identificação para a maior parte da população local. Ganhar a vida depende do salário (ou salários, no plural), não da propriedade da terra. Famílias nucleares predominam; o favorecimento de um herdeiro é raro nas práticas de transmissão e sucessão; note-se a ausência de qualquer *ideologia da casa* (pp. 207-208). Este último ponto leva-nos directamente ao cerne de outra parte do argumento: nesta região há outros elementos — que não a casa — a preservar ao longo do tempo. Não parece tratar-se de um contexto clássico de camponeses proprietários: no vértice da hierarquia temos a grande propriedade[3] e a nobreza senhorial, numa sociedade que José Sobral define como possuindo «características piramidais» (p. 56), sublinhando o facto de «apenas os grandes proprietários e os médios de extracção antiga, ao todo umas nove famílias, terem ou terem tido até recentemente *casas*. Este termo designa exclusivamente as grandes ou médias explorações, com assalariados permanentes e encarregados agrícolas... Não tem casas, nesta acepção, a esmagadora maioria da população» (p. 273). Uma visão puramente sincrónica podia também ter descortinado estas desigualdades, mas o autor demonstra, além disso, não apenas como era uma sociedade hierárquica no passado, mas como *chegou a manter-se hierárquica* na passagem ao presente. Tudo isto fornece uma óptica de longa duração (ou pelo menos de algo mais do que uma curta duração) dos processos de reprodução dos grupos domésticos num período temporal não circunscrito à conjuntura momentânea do presente etnográfico.

and the Politics of Culture in Quebec, Madison, University of Wisconsin Press, 1988): este recusou liminarmente incorporar um tal intróito histórico precisamente porque isso teria traído a meta da incorporação de uma dimensão temporal *ao longo de toda a análise*.

[3] Três grandes propriedades de Vila são abordadas em pormenor: as Casas das Morgadas, do Visconde e do Outeiro (pp. 74-78).

Porém, detecta-se um certo desequilíbrio no interior do capítulo e, aliás, nos usos e sentidos da palavra *família* e do binómio *família/parentesco*. Trata-se, no entanto, de uma questão menor. Um ou outro detalhe suscita discussão — no gráfico n.º 3 (p. 168), qual a proveniência diferencial dos noivos e noivas vindos do exterior? As dificuldades em recolher informação junto de mulheres casadas (pp. 229 e segs.), o pouco contacto corporal destas nos bailes e a associação aparente do feminino com a desordem fascinam-nos: encontrámos precisamente o contrário no alto Trás-os-Montes[4]. As subsecções sobre as relações entre pais e filhos e entre irmãos, bem como aquelas sobre a amizade e a vizinhança, afastam-se, a nosso ver, do argumento central. O registo descritivo e analítico parece ser outro. Algo semelhante acontece na monografia de José Cutileiro[5]. Nas secções dedicadas à família, ao parentesco e à vizinhança no livro deste último (caps. VII–XIII) nota-se uma escrita menos inspirada em relação ao resto da obra, caracterizada por uma ironia mordaz rara na literatura antropológica, mesmo de língua inglesa. O ponto merece maior ponderação: ao passo que para Jack Goody[6] a arena central de luta se localiza no grupo doméstico (embora este seja influenciado por factores derivados de hierarquias, linhagens e incursões das religiões mundiais), para autores como Cutileiro ou Anton Blok[7] o olhar afasta-se deste foro, apontando para grupos sociais e processos sociais extrafamiliares: laços patrono-cliente, redes sociais, banditismo, protesto rural e a análise processual do Estado. José Sobral também se inspira algo mais nestes domínios. Ou seja: apontadas as devidas especificidades locais, qual o estatuto que conferimos (ou retiramos) à unidade da família?

Após discutir alguns dos usos locais dos corpos (masculinos e femininos) numa secção sobre as relações sociais no seio do casal (pp. 221-238), José Sobral refere numa nota (p. 238) três estudos que abordam o corpo: os de Ted Polhemus, Marcel Mauss e Norbert Elias. Sobre este último autor, afirma: «A abordagem das diferentes atitudes face ao corpo entre os diferentes grupos da sociedade ocidental de Norbert Elias[8] é

[4] *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978,* Lisboa, Dom Quixote, 1984 [prefácio à 2.ª edição de 2004 (em preparação): «Reflexões sobre o estudo-de-caso antropológico»].

[5] *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa),* Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977 (1.ª edição, Oxford, Clarendon Press, 1971).

[6] *Production and Reproduction: A Comparative Study of the Domestic Domain,* Cambridge, Cambridge University Press, 1976, e *The Oriental, the Ancient, and the Primitive: Systems of Marriage and the Family in the Pre-Industrial Societies of Eurasia,* Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

[7] *The Mafia of a Sicilian Village 1860-1960, A Study of Violent Peasant Entrepreneurs,* Prospect Heights, Illinois, Waveland, 1988 (1.ª edição, Oxford, Basil Blackwell, 1974).

[8] *La civilisation des mœurs,* Paris, Calmann-Lévy, 1973 (1939).

extremamente estimulante.» Dado o interesse do autor em trajectórias biográficas processuais, as pistas de Elias parecem merecer uma atenção aprofundada.

O tema central, embora ligado lateralmente àquela citação de Norbert Elias, precisaria de mais tratamento para nos convencer. Aliás, o parentesco, no sentido antropológico, acaba por ser uma categoria que quase lhe escapa; a família não. Mas isto é esclarecido na conclusão (cap. VII), «Considerações finais», belíssima peça de escrita semiautobiográfica, feita em três registos — um antropológico, outro histórico e ainda outro literário.

O tratamento da vizinhança poderia expandir-se um pouco. Noutras regiões rurais europeias, a codificação formal dos laços entre vizinhos manifesta-se bem mais complexa. A pastorícia desempenha um papel preponderante: vejam-se os casos, por exemplo, de Rio de Onor, estudado por Joaquim Pais de Brito[9], de Valdemora, no Centro de Espanha, e dos Pasiegos, no Norte, descritos por Susan Tax Freeman[10], de Sainte-Engrâce, no País Basco francês, analisado por Sandra Ott[11], e, querendo aprofundar as articulações entre os mundos pastoril e agrícola em épocas mais remotas (e as formas singulares de vizinhança aí verificadas), os casos de Montaillou, no Sudoeste da Franca[12], e de Mesta, em Castela[13]. Nestas secções, as notas de rodapé de José Sobral, extraordinariamente ricas do ponto de vista bibliográfico, são mais escassas. É verdade, contudo, que nos referimos a zonas onde a marca do pastoreio (transumante ou não) foi mais significativa do que nos casos de Aldeia e de Vila nesta parte da Beira Alta.

É raro encontrar um texto tão actualizado e exaustivo nas suas referências antropológicas; diria até enciclopédico. Aproveita uma vasta gama de fontes manuscritas que incluem os arquivos da Câmara Municipal e da Misericórdia de Nelas, bem como os registos paroquiais, o Arquivo Distrital de Viseu e documentação do antigo concelho de Senhorim. Mas o ponto que queremos abordar é o seguinte: nestas partes, particularmente nas páginas dedicadas ao namoro, parece perder-se a dimensão da diferenciação económico-social. Como explicar que detectámos numa aldeia transmontana quatro vezes mais pequena diferentes pressões no topo e na parte inferior

[9] *Retrato de Aldeia com Espelho: Ensaio sobre Rio de Onor,* Lisboa, Dom Quixote, 1996.

[10] *Neighbors: The Social Contract in a Castilian Hamlet,* Chicago, Chicago University Press, 1970, e *The Pasiegos: Spaniards in No Man's Land,* Chicago, University of Chicago Press, 1979.

[11] *The Circle of Mountains: A Basque Shepherding Community,* Oxford, Clarendon Press, 1981.

[12] *Montaillou: Cátaros e Católicos Numa Aldeia Occitana 1294-1324,* Lisboa, Edições 70, 2000 (1975), particularmente caps. IV, «Os pequenos pastores», (Pierre Maury), V, «As grandes transumâncias», VI, «Etnografia dos Pirenéus pastorícios», e VII, «Mentalidades pastoris», pp. 103-180.

[13] Julius Klein, *La Mesta: Estudio de la Historia Económica Española 1273-1836*, Madrid, Alianza Universidad, 1985 (1920).

da hierarquia sobre os namorados e nubentes? Não acreditamos que aqui não existam. À primeira vista, os grupos e classes parecem evaporar-se nas camadas etárias (reminiscentes dos *age-grades* tão caros à antropologia africanista) dos *velhos* e dos *jovens*.

Nestas secções, o texto torna-se um pouco tímido e os dados mais fragmentários, especialmente considerando a introdução, que dedicou tanta importância ao trabalho de campo e à intimidade com os informantes. Suspeitamos de que, nestas passagens, quando entramos em áreas tendencialmente mais etnográficas (o trabalho agrícola, o namoro, a religião, as relações entre os cônjuges na actualidade), a análise tende a ser *uniformizante,* em vez de diferencial. Perguntamos porquê? Na nossa leitura, o fio da argumentação ao longo do resto da exposição é ligeiramente enfraquecido.

2. *Localidade.* O autor introduz a palavra *localidade* no capítulo dedicado ao espaço rural. Este é o segundo ponto central. Associada à palavra *locale,* tratada por Giddens e pelos novos geógrafos, bem como às noções de comunidade e classe social, a palavra *localidade* parece captar melhor os *loci* de estudo, Aldeia e Vila. Lembremos, todavia, que não se trata de uma monografia aldeã (são duas localidades focadas, não só uma)[14], porque o objecto de estudo não se limita à aldeia nem à vila, antes sendo os processos de reprodução social e trajectórias biográficas que aí decorrem. Eis uma citação-chave: «Um conceito alternativo ao de comunidade será o de *locale,* utilizado em vez da noção de lugar, em virtude do significado meramente espacial que está associado a este último. *Locale* é usado precisamente para conceptualizar quadros sistémicos de interacção e relações sociais — em que se incluem as suas dimensões físicas — assentes na coordenação espácio-temporal de actividades» (p. 46).

Há, porém, subtilezas problemáticas aqui também. Acabamos por ter alguma dificuldade em conhecer de forma visual as povoações: a fotografia aérea na p. 391 não nos ajuda a encontrar as localidades e é difícil ter uma visão de conjunto das tabernas, escolas, casas imponentes, habitações mais modestas, igrejas, capelas, ruas, campos cultivados, bebedouros, etc., através dos quais os indivíduos se movimentam. Se as grandes virtudes do texto se destacam no belíssimo controlo bibliográfico, na «grande teoria» e na análise minuciosa das famílias e do seu capital cultural e arquitectónico preservado, aumentado e transmitido, uma das lacunas parece ser uma certa desfocagem geográfico-espacial. Teria havido imersão a mais? Não se vê

[14] Estratégia de estruturação igualmente adoptada por Manuel Carlos Silva (que apresentou a obra de José Sobral no seu lançamento na Livraria Barata a 15-2-2000) no seu estudo de *duas* aldeias minhotas *Resistir e Adaptar-se: Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal,* Porto, Afrontamento, 1998.

a floresta, mas só as árvores? No fim da obra não conseguimos ter uma imagem visual das povoações: sentimos muito bem o peso do tempo, da história, dos solares, dos nomes e apelidos sonantes, da política local, mas não evocamos um retrato espacial, nem com o apoio do conjunto de fotografias (pp. 392-406). Teriam ajudado um ou dois mapas claros do espaço interior de Aldeia e de Vila, bem como da sua inserção concelhia e distrital. Terá Aldeia algo similar a Fuenmayor, na Andaluzia, descrita por David Gilmore[15] como possuindo um núcleo abastado no centro e franjas de trabalhadores rurais? Para a Sicília e a Andaluzia — vistas comparativamente —, Anton Blok e Henk Driessen (1984) detectaram um padrão espacial semelhante[16]. Também ao nível teórico, no segundo capítulo sobre a comunidade (esta exaustivamente tratada), o leitor fica um pouco insatisfeito sobre o conceito atraente de *locale,* próximo da palavra preferida de localidade.

Sendo o autor uma espécie de *insider,* será que tomou por evidentes estas dimensões visuais do espaço local, estranhas para um leitor *outsider,* como nós? Sobre a postura por vezes ambígua do *antropólogo nativo* ou *indígena,* vejam-se os textos fascinantes de Kirin Narayan[17] e Stella Mascarenhas-Keyes[18]. Porém, alguns bons anos antes, José Cutileiro[19] e M. N. Srinivas[20] já tinham chamado a atenção para o dilema. José Sobral está consciente do assunto, não sendo acidental que ele refira o seguinte: «A desfamiliarização do antropólogo em relação ao seu meio de origem, que procura objectivar como um no interior de vários possíveis, faz parte do mesmo processo em que procura a familiaridade com outros espaços e grupos sociais» (p. 28). Seremos por vezes semiautóctones? São estas as dúvidas principais. Avancemos então para os dois pontos mais complexos e interessantes em discussão.

---

[15] *The People of the Plain: Class and Community in Lower Andalusia,* Nova Iorque, Columbia University Press, 1980.

[16] «Mediterranean agro-towns as a form of cultural dominance: with special reference to Sicily and Andalusia», in *Ethnologia Europaea/Journal of European Ethnology,* XIV, 1984, 2, pp. 111-124. Para reflexões e descrições mais recentes em torno de comunidades mediterrânicas (algumas das quais sobre questões espaciais), v. Dionigi Albera, Anton Blok e Christian Bromberger (orgs.), *L'Anthropologie de la Méditerranée/Anthropology of the Mediterranean,* Paris, Maisonneuve et Larose/Maison Méditerranéenne des Sciences de l'Homme, 2001.

[17] «How native is a 'native' anthropologist?», *in* L. Lamphere, H. Ragoné e P. Zavella (orgs.), *Situated Lives: Gender and Culture in Everyday Life,* Nova Iorque, Routledge, 1997 (1993), pp. 23-41.

[18] «The native anthropologist: constraints and strategies in research», *in* Anthony Jackson (org.), *Anthropology at Home,* Londres, Tavistock, 1987, pp. 180-195.

[19] «The anthropologist in his own society», in *Proceedings of the 10th Annual ASA Conference,* St. John's College, Oxford (Julho), 1973.

[20] «Some thoughts on the study of one's own society», *in* M. N. Srinivas, *Social Change in Modern India,* Berkeley, University of California Press, 1966, pp. 147-63 e 185.

Nota: história/genealogia. Contudo, suscita-nos uma nota lateral como breve interlúdio. O autor evita conscientemente usar a palavra da moda *interdisciplinar,* tratando-se claramente de um livro com um pé na antropologia e outro na história. Recorda *Montaillou,* com Le Roy Ladurie a bisbilhotar as vidas domésticas e eróticas dos camponeses pirenaicos dos séculos XIII e XIV — uma obra de história arquitectonicamente constituída como uma espécie de monografia antropológica projectada no tempo, como refere José Sobral (p. 27), e inspirada numa amálgama de autores, desde Marshall Sahlins a Karl Polanyi, até um cozinhar de Karl Marx com A. V. Chayanov[21]. José Sobral emprega a frase *abertura disciplinar,* que nos parece mais precisa. Houve nos anos 70 e 80 uma aproximação mútua entre as duas disciplinas, que vê com olhos mais perspicazes, de fora da antropologia, as oportunidades de «acesso ao mundo das 'mentalidades', em particular dos subalternos, e não apenas de grandes actores» (p. 33). Aliás, nas sociedades estudadas pela antropologia clássica não havia propriamente subalternos — era a sociedade, ou a tribo, que era subalterna em relação espacial/temporal aos países colonizadores que exportavam os primeiros etnólogos[22]. Se a antropologia pós-moderna, algumas correntes da qual infectaram os anos 90 de forma epidémica, têm na formulação de Sobral um «impacte nulo», já textos como os de Lisón-Tolosana[23] e os estudos de Jack Goody sobre o oral e o escrito[24] se destacam como modelares no seu uso combinado do presente e do passado.

Mas paira uma leve dúvida: não terá o autor adoptado de forma demasiado positivista o método do trabalho de campo? Ou seja, no intuito de abordar tanto os documentos como as fontes orais dos indígenas, não terá deslizado um pouco para uma reificação da recolha *in situ?* Uma contradição surgiu-nos: não encontrámos uma menção exacta de quantos meses ou anos foram passados no terreno nem uma data fixa para o começo do período histórico tratado. Dissolveu-se imediatamente: pode concluir-se que *não há data de começo devido aos processos em questão*. Isto é, há o peso do século XIX, precursores no século XVIII, o passado remoto do século XI, mas o

[21] A. V. Chayanov, *The Theory of Peasant Economy,*. Madison, University of Wisconsin Press, 1986 (1925) (orgs. Daniel Thorner, Basile Kerblay e R. E. F. Smith, com uma nova introdução de Teodor Shanin).

[22] Lembremos uma das mensagens mais enfáticas do volume de Eric Wolf, de 1982, *Europe and the People without History,* Berkeley, University of California Press, que sepultou a noção de que os povos ditos primitivos tivessem estado alguma vez totalmente isolados do sistema mundial.

[23] *Belmonte de los Caballeros: Anthropology and History in an Aragonese Community,* Princeton, Princeton University Press, 1983 (1966).

[24] *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade,* Lisboa, Edições 70, 1987 (1986).

essencial reside na relevância da *memória* e dos *antepassados* como capital familiar. Essa memória não tem data fixa, num ano preciso, numa década precisa ou numa época específica. O trabalho de campo então é duplo: justapõe o sincrónico ao diacrónico e talvez neste mesmo processo se possa encontrar uma explicação para a ausência do visual e do espacial — componente essencial do presente etnográfico tradicional. Ou seja: o autor desta recensão estava a ler o texto com uma grelha fixada inconscientemente no presente etnográfico, ao passo que o autor o tinha escrito num registo afastado dessa mesma noção. Algo parecido acontece na leitura da referida monografia de Anton Blok sobre a Sicília: espacialmente, o leitor mal conhece a *agrotown* — próxima de Bisacquino, Sambuca di Sicilia, Prizzi e Corleone no interior ocidental da ilha — no fim do livro. Porquê? Porque o autor escreveu num registo processual e histórico, afastando o leitor do presente etnográfico e do mapa conceptual da comunidade residencial-espacial. Um método histórico-diacrónico é incorporado no interior da estrutura monográfica[25].

Daí se compreende o intuito de autores como Charlotte Aull Davies[26], empenhada em fomentar maior reflexividade no interior da antropologia. Criam-se, praticamente, verdadeiras alergias a noções limitativas como a do presente etnográfico. Mantendo uma atitude madura de incorporação de algumas pistas positivas da chamada escola de pós-modernismo antropológico — mas deixando de lado os seus excessos tão divertidamente caricaturados por Ernest Gellner[27] —, Davies decide propor, em linguagem de rótulo bem ponderada, novas formas de *expandir* e alargar o presente etnográfico, designando o seu capítulo 8, «Expanding the ethnographic present: documents, life histories, longitudinal studies» (pp. 156-177). Torna-se evidente a sintonia teórica desta autora com o projecto de *expansão do presente* tecido por José Sobral.

Também a palavra *genealogia* é problemática. Damos um exemplo pessoal. Minutos antes de apresentarmos um seminário sobre Trás-os-Montes falámos ingénua e entusiasticamente com Emrys Peters em Manchester em 1980 acerca das nossas genealogias (que julgávamos serem de alguma profundidade!) de quatro ou cinco gerações de jornaleiras solteiras com filhos ilegítimos e avós incógnitos. Ele riu-se, abrindo uma genealogia enrolada em papel amarelada com alguns 15 metros e milhares de nomes dos beduínos da Cirenaica, cuidadosamente registados numa requintada caligrafia.

[25] Em tempos pós-modernos até poderíamos dizer que seria desajustado continuar a empregar a palavra ou o conceito de «monografia».

[26] *Reflexive Ethnography: A Guide to Researching Selves and Others,* Londres, Routledge, 1999.

[27] *Pós-Modernismo, Razão e Religião,* Lisboa, Instituto Piaget, 1994 (1992).

Olhou para mim, dizendo «that is a genealogy!». Fiquei esmagado[28].

3. *Reprodução social.* O terceiro ponto diz respeito ao conceito de reprodução social. Curiosamente, estando no título, não precisa de capítulo próprio. Nem precisaria, porque perpassa o texto todo. Após numerosas páginas e casos enumerando o que estes têm e o que aqueles não possuem, passamos a outro nível — o de E. P. Thompson e da hereditariedade *social,* ou seja, que é que transmitem os grupos como um todo? Desde os anos 70, em Cambridge e Londres, toda uma série de antropólogos se tem preocupado com este problema. A mesma questão foi colocada por Bourdieu nessa altura no seu célebre artigo de 1972 sobre estratégias matrimoniais e reprodução social[29]: através de que mecanismos cada geração transfere à seguinte *todo* o seu património material, social e simbólico[30]? Em Aldeia, a óptica objectiva confirma que 35% dos grupos domésticos possuem zero em matéria fundiária e quase 34% detêm menos de meio hectare. Por outro lado, é indispensável saber que algumas das casas de emigrantes ostentam aquecimento com energia solar (*sic*). Trata-se dos componentes simbólicos da propriedade, suscitando outras dimensões subjectivas da diferenciação social local. Mas a tipologia dos indivíduos, com os múltiplos subgrupos, pode tornar-se algo indigesta. Os sete grupos sociais de Lisón-Tolosana ou os quatro de Cutileiro — latifundiários, proprietários, seareiros e trabalhadores rurais — eram mais fáceis de agarrar, embora no fundo fossem mais weberianos ou ossowskianos[31] na sua concepção[32]. Não parece satisfatória a curta definição da expressão *reprodução social* trazida de W. G. Runciman[33]. Facilmente se poderia alargar o conceito para reforçar o uso específico escolhido aqui.

---

[28] A interrogação óbvia seria: em alto Trás-os-Montes ou na Beira Alta estaríamos — genealogicamente falando — na Europa ou no Mediterrâneo?

[29] «Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction», in *Annales E. S. C.,* 27, 4-5 (Julho-Outubro), número especial, *Famille et société,* pp. 1105-1127 (reed., substancialmente reformulado, sob o título «La terre et les stratégies matrimoniales», in *Le sens pratique,* Paris, Minuit, 1980, pp. 249-270).

[30] Problemática focada igualmente em *Esboço de Uma Teoria de Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila,* Oeiras, Celta, 2002 (1972); v. também *Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn,* Paris, Seuil, 2002, para reformulações dos textos importantes de 1962 e 1972, bem como os comentários extensos do autor sobre os respectivos trabalhos de terreno em Béarn e na Argélia no texto do seu «Huxley memorial lecture 2002 — participant objectivation», in *The Journal of the Royal Anthropological Institute,* 9, 2 (Junho), pp. 281-294.

[31] Comentário pessoal de Jose Cutileiro em Londres, *c.* 1974.

[32] Stanislaw Ossowski, *Class Structure in the Social Consciousness,* Londres, Routledge & Kegan Paul, 1963 (1957).

[33] *A Treatise in Social Theory,* vol. II, *Substantive Social Theory,* Cambridge, Cambridge University Press, 1989 (citando José Sobral a p. 8 desta obra na sua p. 32). Também refere o «realismo transcendental» de Roy Bhaskar (p. 34).

Porém, o essencial em relação a este ponto reside numa curta secção de 15 páginas intitulada «Parentesco, memória e representação» (pp. 264--278). Para nós, o âmago de toda a argumentação, e até de linhas de investigação futura, situa-se nessas 15 páginas. Aqui sim não há a mínima dúvida. Eis alguns dos elementos/processos focados:

— Os usos e manipulações de genealogias — no sentido antropológico, histórico ou heráldico;
— A perpetuação da memória individual, familiar e social;
— O que Bourdieu designa como capital social e Simmel e Tocqueville[34] chamam a conservação ou a glória de uma sociedade ou família;
— O sentido subjectivo inerente a objectos de recordação como fotografias; a acumulação involuntária de bens móveis;
— Os sinais de identidade dos grupos.

Em conjunto, todos estes elementos consolidam a análise teórica dos processos de reprodução social. As ideias aqui expressas são das mais incisivas e férteis de todo o texto, sugerindo tratamento próprio em tempos futuros. Ultrapassam mesmo a secção seguinte, onde um número abundante de estudos de caso, em formato genealógico, é exposto.

Transita-se para um tópico aliciante — a memória social: além do volume citado de Paul Connerton[35], lembremo-nos do extraordinariamente detalhado e minucioso estudo de David Sabean[36] e da obra histórico--antropológica experimental de Richard Price[37], esta um tecido complexo de diários, narrativas e entrevistas oriais no Suriname. Todos estes estudos — em particular os dois últimos, com os quais o volume de José Sobral possui profundas afinidades — contribuem para refinamentos não apenas de um método monográfico mais dinâmico e diacrónico, mas também no domínio da «grande teoria» dos processos sociais. Sabean e Price, por exemplo, não se contentam com presentes etnográficos; antes estendem o período temporal em observação para durações de vários séculos, sem deixarem de aplicar modelos teóricos antropológicos. Me-

[34] Citados pelo autor nas pp. 269-270.

[35] *Como as Sociedades Recordam,* Oeiras, Celta, 1993 (1991). Serão relevantes também Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs.), *A Memória da Nação,* Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, e James Fentress e Chris Wickham, *Memória Social: Novas Perspectivas sobre o Passado,* Lisboa, Teorema, 1994 (1992?). Para usos da história oral relacionados com o estudo da memória, cf. o volume organizado por Luisa Passerini, *Memory and Totalitarianism,* vol. I da *International Yearbook of Oral History and Life Stories,* Oxford, 1992, que inaugurou a continuação/sequência da revista *Life Stories/Récits de vie*.

[36] *Property, Production, and Family in Neckarhausen, 1700-1870,* Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

[37] *Alabi's World,* Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1990.

recerão maior atenção futura de natureza transdisciplinar. Se Alan Barnard tiver razão[38], as análises processuais na antropologia, representadas por teóricos como Edmund Leach, Pierre Bourdieu, Max Gluckman e Victor Turner, com origens mais remotas em certas obras de Raymond Firth e Lucy Mair e afinidades com algumas correntes da antropologia marxista, então a questão fundamental reside nas *formas específicas de incorporação de perspectivas processuais na teoria antropológica,* remetendo para segundo plano a questão aparentemente interdisciplinar — e mais simplista — do elo bilateral entre a antropologia e a história.

4. *Trajectos.* O quarto e último ponto dirige-se à palavra-chave *trajectos.* Também não tem capítulo. Mas há uma queixa neste caso: sendo um conceito tão basilar, como explicar a ausência de qualquer definição? Senso comum? Provavelmente não. De formas diversas, usam o termo Daniel Bertaux, Bourdieu no cauteloso artigo de 1986 «L'illusion biographique»[39] e numerosos outros autores. Era até um *motif* essencial nos romances de Stendhal, Balzac e Flaubert, onde a trajectória dos heróis, ou anti-heróis em embrião, de uma a outra classe, ou da província para a cidade — e a sua ascendência e declínio — constituíam a matéria dramática de um *percurso biográfico,* um *destino social* ou um *trajecto* simultaneamente pessoal e cultural. Alguns dos esforços mais nítidos no domínio da antropologia para abordar o retrato destes trajectos — nomeadamente obras marcantes, como *Worker in the Cane,* de Sidney Mintz[40], ou o citado *Alabi's World,* de Richard Price — têm encontrado alguma resistência na disciplina por parte de aderentes de teorias tendencialmente objectivistas ou positivistas. Será um domínio onde se pode, efectivamente, tentar cobrir o velho fosso filosófico entre o objectivo e o subjectivo? Ou seja, se há no livro de José Sobral excesso nas notas, parece haver algum défice no alcance teórico do conceito de trajecto. Exemplos a mais tendem a multiplicar — apenas numericamente — a mensagem. Não são propriamente biografias, mas sim trajectórias tracejadas. Se, para Norbert Elias, permanece uma zona cinzenta entre a acção individual e o ordenamento so-

[38] Capítulo 6, «Action-centred, processual, and marxist perspectives», in *History and Theory in Anthropology,* Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 80--98; cf. também pp. 174-175.

[39] «L'illusion biographique», in *Actes de la recherche en sciences sociales,*n.os 62-63 (Junho), pp. 69-72 (trad. port. «A ilusão biográfica» *in* Pierre Bourdieu, *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção,* Oeiras, Celta, 1997, pp. 53-59), com modificações de postura teórica e metodológica em torno da utilização de *egos* individuais na obra colectiva curiosa de 1999 (1993) *A Miséria do Mundo,* Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

[40] *Worker in the Cane: A Puerto Rican Life History*. Nova Iorque, W. W. Norton, 1974 (1960).

cial anterior (este pré-existente), a soma das acções individuais não equivale nem ao primeiro nem ao segundo. Se temos muito claros na obra os contornos temporais e sócio-políticos da estrutura social de duas localidades beirãs, é algo mais desfocado o domínio semi-subjectivo das trajectórias pessoais. A reprodução social permanece mais nítida. As posições são claramente delineadas, mas qual a dinâmica *entre* os grupos e, paralelemente, a dinâmica *entre* as famílias?

A noção de trajecto deverá então ocupar muita atenção da nossa parte, com redefinições, recuperações de antropólogos temporariamente esquecidos, e novas aplicações a casos concretos no espaço e no tempo. Texto de uma extraordinária sensibilidade científica e humana, dotado de uma rara erudição, a obra de José Sobral mostra esse caminho e, minuciosamente, desbrava o terreno fértil que se encontra à nossa frente.

BRIAN JUAN O'NEILL